Boletim do SERVIDOR

Boletim do Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais - ABRIL - 2021

Ministério da Saúde corta insalubridade de servidores em plena pandemia

Os trabalhadores do Ministério da Saúde tiveram uma amarga surpresa ao acessarem a prévia do contracheque. Isso porque o Ministério da Saúde cortou a insalubridade dos trabalhadores. No mês de março, o SINDSEP-MG já havia tomado conhecimento sobre corte do adicional de insalubridade de trabalhadores (as). Vários cargos foram afetados como motorista, auxiliar de serviços gerais, atendentes, laboratoristas, entre outros.

Imediatamente, o Departamento Jurídico foi acionado, uma vez que o sindicato conseguiu uma antecipação de tutela que garante a manutenção do pagamento da insalubridade para esses (as) trabalhadores (as) e esta decisão judicial ainda é válida. Portanto, esse corte é injustificado.

É, no mínimo, absurdo, que o Ministério da Saúde corte a insalubridade daqueles que se expõem, diariamente, aos riscos, a fim de evitar que outras doenças como a dengue atinja a população. Ainda mais em uma situação de total descontrole da pandemia como estamos vivendo.

O SINDSEP-MG já está em contato com o Ministério da Saúde e tomará todas as medidas cabíveis para que os trabalhadores tenham seu direito restituído.

Relator prevê votação da Reforma Administrativa na CCJ em maio, após novo cronograma de debates

O relator da reforma administrativa, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), deputado Darci de Matos (PSD-SC), pretende definir, na próxima semana, um novo cronograma consensual e mais amplo de audiências públicas para discutir o tema com entidades de juristas, servidores públicos, setor produtivo e outras áreas interessadas.

O prazo maior de debates na CCJ, que analisa a admissibilidade da proposta (PEC 32/20), também se deve à orientação de que as votações se concentrem, neste momento, em temas diretamente ligados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Em debate virtual, no último dia 12/04, Darci de Matos fez nova previsão sobre a tramitação da reforma administrativa na CCJ, com a realização de mais audiências e apresentação de seu parecer em maio.

Questionamentos

O relator informou que, nesta fase de análise da admissibilidade na CCJ, discute com a equipe técnica alguns questionamentos quanto à possibilidade ou não de extensão da reforma a estados e municípios, de criação ou extinção de órgãos por parte do Poder Executivo e de definição das carreiras típicas de Estado na própria proposta de emenda à Constituição ou em futuro projeto de lei complementar.

Darci de Matos fez defesa enfática da reforma administrativa: "A reforma não atinge os direitos adquiridos dos atuais servidores. Ela cria um vínculo por prazo determinado para os novos servidores, que não vão ter estabilidade e vão ter um mecanismo para não serem perseguidos politicamente; não vão trabalhar 40 horas, mas 44 horas; não vão ter triênio, nem licença-prêmio, nem progressão automática, nem estabilidade. Terão uma condição similar à dos servidores do serviço privado. Eu não vejo nada de errado nisso nas atividades que não são carreiras típicas de Estado", declarou.

As propostas contidas na PEC 32/20 e que acabam com a estabilidade no serviço público constituem "ameaças" ao funcionalismo, além de permitir "formas vulneráveis" de contratação e de terceirização do Estado.

Isso representa uma maior possibilidade de intervenções políticas nas áreas técnicas, de desmonte de áreas do serviço público e de apadrinhamento político. Além disso, a proposta também traz a terceirização quase irrestrita para dentro do serviço público.
A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público critica o projeto, principalmente no que diz respeito à autorização para o Executivo extinguir órgãos. Se estivesse em vigor, esse dispositivo já teria levando à extinção de órgãos.

Desempenho
Já o 1º vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), defendeu uma reforma administrativa de forma isonômica em todos os poderes da República e com métricas de eficiência para os servidores públicos.
"A reforma administrativa não pode ser dura para os servidores do Executivo e aliviar para os servidores do Judiciário, do Ministério Público, militares e do Legislativo. Portanto, que se incluam todos na reforma administrativa. E o principal foco dela deve ser criar um critério de avaliação de desempenho dos servidores: estabelecer métricas de desempenho, objetivos e metas a serem alcançadas", disse Ramos.

O meio ambiente brasileiro só ficará seguro sem Bolsonaro na Presidência

O Brasil passou um ano de 2020 em chamas e isso não é algo natural. Queimar os biomas brasileiros faz parte de uma política predatória tocada pelo governo Jair Bolsonaro para beneficiar as madeireiras, mineradoras e o agronegócio. A ordem é a de devastar tudo o que for possível na Amazônia, pantanal, pampa, cerrado, caatinga e mata atlântica. Alguém duvida?
Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão do governo Federal, foram 222.798 focos de incêndio registrados em 2020. O maior número de queimadas desde 2010 e 12% a mais que os 197.632 registrados em 2019. O bioma com mais focos, no ano passado, foi a Amazônia. Foram 103.134 incêndios registrados, 15% a mais que em 2019. E esse foi o maior número desde 2017. O Pantanal teve 22.119 focos, 120% a mais que em 2019. O maior número desde o início das medições em 1998. Também houve queimada em grandes proporções nos demais biomas.
Mais queimadas
E, com Bolsonaro na Presidência e Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente, a situação só tende a piorar. Em 2021, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) terá um orçamento 30% menor em comparação ao ano passado. Com isso, o Instituto ameaça fechar as brigadas de combate a incêndios florestais e suspender os serviços de aeronaves para combate a esses incêndios, caso não seja aprovado um aporte extra de pelo menos R$60 milhões ao instituto.
O orçamento de 2021 está atualmente na mesa do presidente Jair Bolsonaro aguardando a sua assinatura. Ele prevê uma verba de apenas R$177 milhões para o ICMBio. Importante destacarmos que o órgão é responsável pela gestão de 334 unidades de conservação federais que protegem quase 10% do território nacional. O valor representa uma perda de R$72,6 milhões no montante total disponibilizado ao Instituto em comparação a 2020; e de R$112,4 milhões, comparado ao orçamento do Órgão, em 2019. Ou seja, ano após ano, o governo tem reduzido os investimentos nos órgãos de defesa ambiental.
Em 2020, o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para o Ibama sofreu corte de 31%, ficando em R$ 256 milhões. E para piorar a situação, Salles não aplicou todos os recursos previstos no orçamento para a pasta ambiental. Afinal, este governo não conseguiria atingir suas metas no desmonte da política ambiental sem antes promover o desmonte dos órgãos ambientais.
"Desde sempre, Jair Bolsonaro tenta passar a imagem de que os servidores públicos ambientais são inimigos do progresso nacional. Depois que assumiu a presidência, os ataques verbais aos funcionários públicos e aos órgãos ambientais se multiplicaram. Paralelamente a isso, ele promove uma série de medidas para enfraquecer a atuação dos órgãos federais de fiscalização ambiental (Ibama e Instituto Chico Mendes).

Aos empresários: tudo
No último mês de março, o Presidente Jair Bolsonaro editou a MP 1040, com o objetivo de "favorecer o ambiente de negócios" no Brasil. Na verdade, esta MP passou a permitir a emissão de licenças

ambientais "sem análise humana". Ou seja, de forma automática, a partir da solicitação de qualquer pessoa mal intencionada, que queira implantar um empreendimento que provoque um dano ao meio ambiente.
Atualmente, para conseguir uma licença ambiental para atividade considerada poluidora, é necessário uma série de estudos de impacto ambiental, social e econômico no local do empreendimento. A partir desses dados são pensadas medidas mitigadoras para minimizar ou compensar esses impactos. Mas Bolsonaro liberou geral.

Privatizações
O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, assinaram, agora no mês de abril, um decreto que acrescenta a Floresta Nacional de Brasília e oito parques nacionais ao programa de privatizações do governo federal, o PND (Programa Nacional de Desestatização). A ideia é repassar as áreas brasileiras de preservação ambiental para empresários lucrarem com atrativos turísticos.

Os índios do Brasil viveram séculos excluídos da sociedade. Apesar de terem atravessado caminhos de mortes e de cicatrizes não curadas, pouco se fala na história de vida real desses povos, que foram dizimados por doenças introduzidas pelos invasores portugueses. Com a covid-19 não está sendo diferente. Faltam aos povos indígenas o essencial: sistemas de saneamento básico nas aldeias, com oferta de água potável em quantidade e qualidade, um dos itens mais importantes para a prevenção do coronavírus.
As condições sociais, econômicas e de saúde, que historicamente afetam esta população, somadas à omissão do governo federal em meio a pandemia, tornam esses povos ainda mais vulneráveis ao contágio.
O SUS, criado para atender a saúde indígena, sofre com a falta de estrutura e de recursos para tratamento de complicações mais severas. São várias as dificuldades encontradas para enfrentar a pandemia e garantir a sobrevivência dos povo. A cada momento que passa, parece que o plano de governo do atual presidente, é o genocídio dos povos indígenas.
#DiadosPovosIndigenas
#SINDSEPMG